

Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social**

## **A PÓS-GRADUAÇÃO E O SERVIÇO SOCIAL: INSTITUCIONALIZAÇÃO, EXPANSÃO E AMADURECIMENTO NA CENA BRASILEIRA**

**INGRIDY LAMMONIKELLY DA SILVA LIMA<sup>1</sup>**

### **RESUMO:**

A Pós-Graduação do Serviço Social brasileiro é tomada como objeto de estudo, com o objetivo de refletir sobre as condições sócio-históricas, econômicas e políticas que atravessam a formação dos programas na área do Serviço Social. É fruto das investigações realizada por pesquisa em andamento em que se analisa a Pós-Graduação brasileira e o Serviço Social, utilizando como referencial marxista.

**Palavras chaves:** Pós-Graduação. Serviço Social. Produção do Conhecimento.

### **RESUMEN:**

Se toma como objeto de estudio el Curso de Postgrado en Trabajo Social Brasileño, con el objetivo de reflexionar sobre las condiciones sociohistóricas, económicas y políticas que permean la formación de programas en el área de Servicio Social. Es el resultado de investigaciones realizadas por investigaciones en curso que analizan los estudios de posgrado y el trabajo social brasileños, en un marco marxista.

**Palabras Claves:** Posgraduación. Servicio social. Producción de conocimiento.

### **INTRODUÇÃO**

O presente estudo tem como objetivo apresentar reflexões sobre a Pós-Graduação em Serviço Social, considerando as condições sócio-históricas, culturais, econômicas e políticas da

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

realidade brasileira. É fruto dos resultados de pesquisa desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Serviço Social que tem os Programas de Pós-graduação da área como objeto de estudos.

Trata-se da apresentação dos dados iniciais da pesquisa, referente ao período histórico de criação dos programas. Problematicamos os elementos históricos da formação dos primeiros programas em Serviço Social, que é atravessada pela dinâmica capitalista sobre a lógica de domínio do conhecimento, a qual no Brasil apresenta contornos particulares.

A análise se fundamenta a partir do pensamento social crítico, fundamentado no método do materialismo histórico-dialético, por permitir aproximações sucessivas com a realidade em sua totalidade social. Para tanto, uma análise do Serviço Social em meio as relações sociais do capitalismo, disposto na luta de classe forjada na contradição da exploração e alienação do Trabalho.

As análises apresentadas estão organizadas em dois tópicos, dos quais: tratam de situar o debate sobre a Pós-Graduação em Serviço Social na cena contemporânea do Serviço Social brasileira e, em seguida, o resgate histórico-crítico sobre o desenvolvimento dos programas da área. Algumas considerações são postas ao final do trabalho, cientes de que não há pretensões de esgotar a temática, mas de trazer reflexões contributivas para pensar a produção do conhecimento do Serviço Social.

## **1. Os elementos para o debate: a Pós-Graduação brasileira e o Serviço Social**

Ao consideramos o contexto econômico, social, político e cultural das relações sociais do capitalismo contemporâneo, atentando para a particularidade do Brasil, pensar a Pós-Graduação é tarefa necessária, situando-a em meio a Política Educacional, mais precisamente, na Educação Superior, que tem sido subtraída ao desenvolvimento tecnológico societário à serviço do capital, exigindo o questionamento: produzir conhecimento subsidiário ao desenvolvimento da reprodução capitalista? Ou produzir conhecimento necessário para a emancipação política e humana dos sujeitos sociais? Como tem se dado a formação de docentes/pesquisadores/profissionais por meio da Pós-Graduação? Qual tarefa a Pós-graduação brasileira tem cumprido e como se situa o Serviço Social?

Os programas de pós-graduação estão inseridos na estrutura da Universidade e deve realizar mediações com os demais processos do ensino, como a graduação, a pesquisa e a

extensão. Por tal, é atravessada pelas contradições que chegam ao âmbito da Universidade, apesar de ter particularidades próprias. Mas, de que Universidade estamos falando?

A Universidade é um espaço diverso e contraditório que expressa o movimento da realidade vivenciada pela dinâmica do capitalismo. No Brasil, carrega os traços próprios da formação social e tem como função a construção de espaços democráticos do e para o conhecimento, com o objetivo de formar quadros de intelectuais para atuarem nos mais variados espaços da vida social.

Tem vida a partir dos projetos diversos e, por vezes, contraditórios, da sociedade, os quais exteriorizam o movimento da luta de classe e o tensionamento ao Estado, realizado tanto pelos/as trabalhadores/as, quanto pelo capital. Por isso, a Universidade caminha entre dilemas que implicam em possibilidades e limites para a construção de um espaço em que se preze pelo conhecimento como contributo para a emancipação humana “A Universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo” (CHAUÍ, 2003, p. 05).

No Brasil a Universidade pública está atrelada a Política de Educação Superior e é prevista pela Constituição de 1988, com recursos definidos e previsões de sua oferta por meio das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. É ocupada por estudantes, professores, trabalhadores/as dos mais gerais e tem como desafio a formação, que para o capitalismo se atrela a perspectiva do mercado, quanto para as apreensões ontológicas, que tem na formação o pressuposto do desenvolvimento das potencialidades humanas.

Ao longo do desenvolvimento econômico, político e social do Brasil, a Educação é usurpada para benefício do capitalismo e da relação de dependência com os países de capitalismo central. Os investimentos realizados pelo Estado para a Educação, sempre teve a finalidade última de desenvolver uma política de fortalecimento das relações com o mercado, seja mantendo o controle do conhecimento e assim, os/as trabalhadores/as, seja utilizando para aperfeiçoar a produção, seja para tecnificar a força de trabalho.

São investimentos que obedecem às necessidades do tempo histórico e estão subordinadas ao movimento do capitalismo. Também representam, em certa medida, os interesses dos/as trabalhadores/as e acabam por trazer ganhos sociais, pelo caráter contraditório das Políticas Sociais, de atender a interesses diversos, mesmo quando privilegia de forma central a ordem dominante.

A partir dos anos de 1950 e pela ideologia desenvolvimentista e nacionalista que passa a orientar as ações do Estado no Brasil em vista do alinhamento da produção capitalista brasileira ao capitalismo central. A Educação é incorporada como um importante instrumento para impulsionar a tecnificação de sujeitos e deixá-los aptos para atuarem nas indústrias, como explanado anteriormente.

Esse movimento é concretizado na entrada dos anos de 1960, especificamente, na Ditadura Militar com a Reforma do Ensino Superior. É importante registrar que as reivindicações para modificações na Educação Superior vinham de diversos movimentos da sociedade, inclusive, de movimento políticos da esquerda que entendiam a necessidade de reorganização do modelo de educação superior que era ofertado, sobretudo pelo caráter conservador e autoritário do ensino, que não se assemelhava aos interesses dos/as trabalhadores. No entanto, a reforma ou contrarreforma executada não atendeu as reivindicações dos grupos mais a esquerda e acabou por instituir modificações que apenas beneficiava o processo de reprodução do capitalismo brasileiro no cenário internacional.

Em 1969 foi decretada a Lei da Reforma Universitária (Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968), regulamentada pelo Decreto n. 464, de 11 de fevereiro de 1969. Junto com a aprovação da Reforma Universitária também veio a aprovação do parecer CFE nº77/1969 que regulamenta até hoje a Pós-Graduação no Brasil. Saviani (2008) explica que havia um forte tensionamento dos setores empresariais que, preocupados com as necessidade de mudança na educação e a disputa instituídas pelos movimentos sociais, realizou o fórum “A educação que nos convém” para reafirmar os interesses da burguesia.

A Carta Magna de 1967, que orientava o regime da ditadura militar, trouxe severas implicação para a Educação, sobretudo sobre a gratuidade da sua oferta, a qual deveria ser substituída pela concessão de bolsas. Saviani (2008) afirma que, foi nesse sentido que houve a recomendação, por parte do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, pela cobrança dos ingressantes na Universidade pública. Essa orientação não passou e o caminho da privatização da educação superior, ocorreu pela via do investimento estatal nas instituições privadas: “[...] entre 1968 e 1976, o número de instituições públicas de ensino superior passou de 129 para 222, enquanto as instituições privadas saltaram de 243 para 663” (p. 300).

Além dos investimentos na Educação Superior Privada, a lógica mercantil adentrou na Educação por meio das mudanças instituídas no funcionamento das Universidades. Passou-se a incorporar uma lógica de gestão baseada na ideia organizacional, acentuada nos preceitos do

planejamento, da eficiência, do êxito, como bem sinaliza Chauí (2003) a partir de ações que formatam a Universidade Operacional.

Sobre a reforma universitária, Florestan Fernandes (1975, p. 63) explica que não havia como objetivo a resolução dos problemas que de fato eram presentes no modelo de Universidade até então proposto. Na verdade, essa reforma tinha como objetivo “garantir controle da situação pelo comportamento político conservador”.

Fernandes (1975) contextualiza as problemáticas em torno do modelo de Universidade que era vigente até a reforma universitária, um modelo restrito as elites, que tratava o processo de aprendizado como um “dom”, de pouco acesso e que não atendia as necessidades da sociedade brasileira. A possibilidade de mudança desse modelo era vista como necessária, se houvesse o atendimento das reivindicações postas pela própria sociedade.

Dentre essas mudanças o autor destaca o aumento da oferta de vagas, para que mais sujeitos acessasse ao espaço do ensino superior. A autonomia universitária era também um ponto de pauta, apenas com autonomia seria possível enfrentar os monopólios do saber, o que envolvia a superação do modelo de professor de catedrático, pelo tom autoritário que centralizava o conhecimento em relações de poder.

O objetivo da formação também é apontado pelo autor, uma vez que a escola superior se voltava para a formação de profissionais liberais. Era urgente a vinculação com a Pesquisa e com o atendimento dos anseios da ciência e da tecnologia, por acreditar que seria possível, dessa forma, superar os atrasos acumulados na escola superior tradicional e instituir uma formação com teor de pesquisa inovadora, que engendrasse processos culturais e autônomos.

A proposta de um novo modelo de Universidade, precisava superar o modelo formativo verticalizado e voltado para segmentos específicos da sociedade. Era preciso superar o que o autor chamou de modelo conglomerado de Universidades e propiciar uma linha para a apreensão das problemáticas do país.

Nesse sentido defendia-se uma Universidade integrada e multifuncional capaz de desenvolver conhecimento e formação intelectual para atender as necessidades internas do Brasil. No entanto, a reforma universitária não entregou uma revisão que atendesse esses aspectos, ao contrário, a reformulação alinhava-se aos interesses dominantes do capitalismo internacional.

Para tanto, a Pós-Graduação integrada a Universidade, deveria estar articulada a difusão da Pesquisa, a um novo modelo pedagógico que institui-se relação com a ciência e com a

tecnologia. Junto a reforma, o parecer que instituir a Pós-Graduação reverbera por um modelo de formação voltado para a “qualificação”, dos/as trabalhadores/as, espelhado no modelo estadunidense e europeu.

As condições exigidas pelo capitalismo internacional e pela burguesia brasileira repercutem na necessidade de viabilização da Pós-Graduação no Brasil. O objetivo era qualificar tecnicamente os/as trabalhadores para contribuir com o desenvolvimento econômico do país. Isto é, proporcionar o conhecimento individual, voltado para a pesquisa do desenvolvimento tecnológico, fortalecendo o mercado, ao passo que torna técnico o exército industrial de reserva e que cria a cultura do cidadão empreendedor e consumidor.

A pós-graduação no Brasil passa ser o espaço da produção do conhecimento e do incentivo ao desenvolvimento tecnológico e científico. A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que foi constituída no ano de 1951, passa a atuar como instituição de direcionamento para Pós-Graduação, operando por meio de Planos Nacionais, com o objetivo de aprimorar a formação de profissionais de ensino superior, vinculada ao Ministério da Educação.

O CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), o qual tem como objetivo de fomentar projetos científicos que possam contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico, também passa a financiar as pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação, por meio do que é hoje Ministério da Ciência, Tecnológica e Inovações.

Segundo Neves e Pronko (2008), o Estado brasileiro passa a ser induzido a renovar a pesquisa, para assim, inserir o país na rota do capitalismo internacional. A fusão entre ciência, tecnológica e informação, que nos países desenvolvidos já se encontrava em acessão, passa a ser instituída no Brasil, baseada na lógica de uma “nova” ciência, equacionada para os resultantes do desenvolvimento tecnológico, visando o aprimoramento do mercado.

Por meio desta lógica organizacional, a produção do conhecimento no Brasil se atrela ao setor público, por meio das iniciativas do Estado, o que ganha dimensão ainda mais central a partir dos anos de 1990. Os efeitos da ampliação da incorporação do conhecimento científico como saída da crise passam a ser sentidos na realidade brasileira, com mais afinco em meio ao projeto neoliberal.

Behring (2008) expõe toda a arquitetura da contrarreforma brasileira a partir dos anos de 1990. Efetuada a partir dos interesses da burguesia internacional, o Estado brasileiro passou por um processo de desnacionalização da economia, que significou na articulação da vinculação





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

política, econômica e ideopolítica com os organismos multilaterais. Expresso no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, o projeto neoliberal se efetiva na retirada de serviços essenciais, como a Educação e a pesquisa científica do rol das prioridades de investimento exclusivo do Estado. A responsabilidade da oferta passa a ser partilhada com o setor público não-estatal e privado, com a finalidade de “publicização”, que na prática trata-se de relocar as funções do Estado para as instituições de caráter privado.

O movimento societário dos anos de 1990 – pós Constituição de 1988 – revela a contradição do sistema vigente na forma madura. A organização política interna do Brasil consegue barganha em torno das pautas democráticas, que põe fim ao núcleo mais duro da ditadura militar. No entanto, não obstante, o projeto em curso de reorganização do capitalismo pela via neoliberal impõe suas exigências, trazendo significativos desafios e perdas para o avanço em curso na formulação dos direitos sociais via Constituição de 1988.

Ao longo dos períodos históricos, o neoliberalismo é mediado pelos interesses diversos e não unitários das classes. A materialidade deste é atravessada pelas políticas de governo, a qual é tensionada pelo poder organizativo dos/as trabalhadoras/os. Assim sendo passados mais de dez anos de um núcleo mais duro do neoliberalismo, chega ao poder o Partido dos Trabalhadores (PT), com Luís Inácio Lula da Silva em 2002, com uma proposta de fortalecimento e consolidação da democracia, por meio da política do consenso, centrado a proposta de governo nos programas de transferência de renda.

Efetivamente, os governos do PT, especialmente os três primeiros mandatos (dois de Lula e o de Dilma), conseguiram articular, com limites e contradições, um sistema de garantia de direitos via Políticas Sociais, com a ascensão de grupos sociais até então inviabilizados da participação política. Os governos do PT investiram na construção e caracterização de um sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação. Trouxe incentivos para a educação superior, por meio de programas como Programa de Assistência Estudantil (PNAES), em 2010; Programa Bolsa Permanência (PBP), em 2013; o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento as Instituições de Ensino Superior (PROEIS), em 2012; e os mais conhecidos como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, de 2012 e; o Programa Universidade para todos (PROUNI), de 2005.

No que tange os investimentos no Sistema de Pós-Graduação os governos do PT foram responsáveis por diversos programas, à exemplo do Programa de Apoio a participação em

eventos no exterior (AEX), de 2009; Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAD), de 2014; Programa de Apoio a eventos no país (PAEP), de 2010 e o Ciência sem fronteiras, de 2011.

Entretanto, na essência, o PT, nos dois mandatos de Lula e no da Dilma, não radicalizaram as instâncias de disputa ideológica, ao contrário disso, a política governamental foi atrelada a ações da (contra) reforma já em curso, dando seguimento às privatizações, à terceirização e à desregulamentação do mundo do trabalho. Nos campos que evidenciamos, ciência e Pós-Graduação, observa-se a necessidade de alinhar os interesses do desenvolvimento científico as exigências de prosperidade e progresso pela via do capitalismo. Embora haja grandes feitos e dos quais partimos para avançar na construção de um conhecimento científico referenciado pela educação pública, não houve nenhuma incidência de uma crítica mais radical por parte dos Partido dos Trabalhadores.

No cenários pós-golpe de 2016 e a emergência do governo Bolsonaro é possível afirmamos um aprofundamento dessa lógica. Alinha-se a um espraiamento dos aspectos ideológicos da burguesia, muito próprio da guinada posta pela produção e reprodução do capitalismo pós-crise de 1970, pela via do projeto conservador, conformado na lógica pós-moderna.

Na realidade esses elementos se materializam por meio de um cenário de destituição dos direitos sociais, acrescido de um cenário social e cultura de cunho fascista, que enaltecem o negacionismo da sociedade. Reivindicar espaço entre os elementos conservadores, mesclando os mais clássicos com as investidas mais contemporâneas posta nos extratos neoconservadoras, que tem como resultado o documento “Ponte para o Futuro”, que reverbera por uma vertente agudizada do neoliberalismo, impondo o congelamento por vinte anos dos investimentos na Seguridade Social brasileira, através da emenda constitucional, promulgada ainda no governo Temer.

No campo ideo-cultural, presenciamos um negacionismo veril, embasados nas teses “da pós-verdade”, “do mito científico”; “da hiper valorização do senso comum, em detrimento da ciência”, as quais resultam em perseguição aqueles que se colocam contrários a estas determinações, como ocorreu com os professores universitários<sup>1</sup>.

Diante desse cenário é importante frisar que partilhamos da tese de que os elementos políticos, culturais e ideológicos utilizados no cenário brasileiro são resultados de uma contraofensiva do capitalismo, em resposta a crise que apesar de iniciada no campo econômico,

---

<sup>1</sup> Para ver mais: [STF barra produção de dossiê antifascista pelo governo Bolsonaro | CNTS](#). Acesso em: 10 de Abril de 2021.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ganhar espaço pelos demais âmbitos da sociedade. A estratégia que o capitalismo vem utilizando para manter sua produção e reprodução é de criação de novas capacidades produtivas e de extensão das suas relações, buscando intensificar o trabalho, sem aumentar e até mesmo reduzindo, o seu tempo socialmente necessário.

Na cena mais recente do Brasil, com a experiência de quatro anos de governo Bolsonaro na presidência, a ciência, Educação e concomitantemente a Pós-graduação ganham maior evidência, devido à natureza governamental pela qual essas áreas foram tratadas. Primeiro porque era um governo deliberadamente de ultradireita, que transferiu a política eleitoral de destituição da razão para a política governamental, descredibilizando o conhecimento científico e em seu lugar, vangloriando as concepções vulgares do senso comum. Em segundo, tratou-se de um governo que tem como voga o ultraneoliberalismo<sup>2</sup>, uma vez que alinha ações de destituição do conhecimento a um aparato mais duro de negação de direitos sociais, ao passo que fortalece o mercado.

Um dos primeiros feitos do governo Bolsonaro foi tentar unificar CAPES e CNPQ, com a proposta de que ambos passassem a compor o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações<sup>3</sup>. Além disso, destaca-se o discurso em torno ao incentivo do ensino híbrido e remoto, que se aguçou sobre o cenário de pandemia do coronavírus e os sucessivos cortes no financiamento da pesquisa brasileira.

Segundo o “Observatório do Legislativo brasileiro”, na publicação “Ciências Sociais articuladas – o orçamento da Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil: 22 anos de avanços e retrocesso”, é possível acompanhar o desfinanciamento da ciência brasileira. Ainda no segundo mandato da presidenta Dilma é computada uma queda de 17% para 14% no orçamento da pasta, o que se agrava no governo Temer, com 10% e no governo Bolsonaro com 8%. O documento apresenta dados do orçamento da CAPES e sinaliza que as duas piores marcas de investimento ocorrem no governo Bolsonaro: em 2021 a CAPES não recebeu nenhum recurso para a área de investimento e em 2022 recebeu o menor valor já destinado nos últimos 22 anos<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> Utilizamos o termo ultraneoliberalismo, para tratar de uma versão do liberalismo mais profunda, com combinação de traços fascistas, conservador e moralizador das expressões da questão social.

<sup>3</sup> Para mais ver:  
<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/governo-bolsonaro-estuda-fundir-capes-e-cnpq,9e0b26c08a5525bcd8a65adfbe03985ay1xrbbpk.html>

<sup>4</sup> No governo Bolsonaro foram registrado diversos e severos cortes no orçamento da Ciência e da Pós-Graduação no Brasil. O ano de 2022, especificamente, é cercado por cortes que ameaçam a condição de existência das Universidades Públicas e, concomitantemente, a Pós-graduação e as variadas formas de fazer pesquisa. Em dezembro de 2022 a CAPES anunciou em nota oficial a impossibilidade de honrar com o pagamento de 200 mil bolsas, devido ao contingenciamento imposto pelo Ministério da Economia. O pagamento só foi realizado após reivindicações coletivas dos/as estudantes/pesquisadores/docentes.

O desfinanciamento da Educação Superior, da Ciência e da Pós-graduação tem seu ápice no “apagão da ciência”, que se caracteriza desde a negativa de oferta das condições básicas como a miserabilidade posta aos/as pesquisadores/as no Brasil, a precarização dos laboratórios, o corte de bolsas, a baixa expectativa empregatícia etc., até as questões ideológicas propagada pelo governo, através das mídias, que invalidavam a função da Universidade e da Pós-graduação.

Apesar de reconhecermos a diferença entre o alinhamento dos governos na perspectiva da serventia do conhecimento para a reprodução ampliada do capitalismo, posto que a disputa de projetos não ocorre de modo homogêneo, mesmo no âmbito da construção crítica, relutamos pela tese de que a investida na captura do conhecimento é um elemento central para a reorganização do capitalismo e para a sua manutenção como sistema dominante. Com isso, nos apegamos aos aspectos da análise do contraditório, por reconhecer que em governos progressistas e vinculados a uma perspectiva social, a disputa por um distanciamento da Universidade e da Pós-graduação da base mercadológica, se torna possível, embora não haja espaço para eliminar o caráter de serventia ao modelo dominante, este estaria na estrutura e organicidade das necessidades de existência do capitalismo.

## 2. Os programas de Pós-graduação em Serviço Social: reflexões sobre o contexto sócio-histórico

A análise dos dados, relativo ao ano de criação dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil, revela que os primeiros programas foram criados ainda no processo de renovação da profissão, dos quais PUC/SP (1971), PUC/RJ (1972), UFRJ (1976), PUC/RS (1977), UFPB (1978) e UFPE (1979). Destaca-se a expressão dos programas nas universidades confeccionais e de dois programas na região nordeste.

A constituição dos programas de pós-graduação em Serviço Social a partir dos anos de 1970 correspondem ao processo de modernização das Universidade que necessitava de quadro docente para funcionar, conforme visto anteriormente. Segundo Baptista e Rodrigues (1992, p. 112) o Serviço Social foi uma das primeiras áreas a responder à política nacional de modernização das Universidades brasileiras, vejamos:

Não foi por acaso que os programas de pós-graduação *strictu sensu* em Serviço Social se organizaram no Brasil, na década de 70, como uma das primeiras áreas a responder à **política nacional de modernização** das Universidades brasileiras iniciada na década anterior: estava em jogo aí o seu acesso a um estatuto no mundo acadêmico que o levava a investir com força na formação científica não apenas de seus professores mas também de

um corpo de pesquisadores que contribuíssem para a construção de conhecimento, com legitimidade científica, na área. (*grifo das autoras*).

Todos os programas criados nos anos de 1970 vinculava-se a área base do Serviço Social. Na década de 1980 não há registros de criação de cursos, o que significa que por dez anos seis programas, situando nas regiões do sul, sudeste e nordeste, foram as referências para a produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro.

Para a década de 1980 não passar sem registros de eventos na pós-graduação, observa-se a criação do primeiro doutorado de Serviço Social, na Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em 1981. Segundo Baptista e Rodrigues (1992) o único curso de Doutorado em Serviço Social da América Latina e em língua portuguesa.

Baptista e Rodrigues (1992) explicam que no momento inicial de institucionalização da pós-graduação em Serviço Social, o objetivo era de desenvolver a capacidade científica, de investigação, docência, da prática e a socialização da produção científica da área.

Nos anos de 1990 a pós-graduação do Serviço Social volta a crescer, com a criação de cinco programas (05). Destaca-se a criação do primeiro programa vinculado a área base de Política Social, na UNB, em 1990, o de Economia Doméstica, na UFV, em 1992 e o primeiro programa da região norte na UFPA, em 1996.

Os anos 2000 representou o período de consolidação da pós-graduação em Serviço Social, com a criação de quatorze programas (14). A consolidação do Serviço Social na área do conhecimento se justifica pela relação de amadurecimento sobre o lugar ocupado na divisão social e técnica do trabalho, bem como pela expansão da Educação Superior, capitaneada pelo governo do Partido dos Trabalhadores.

Avaliamos como o período de consolidação da pós-graduação do Serviço Social no Brasil, que não limita seu crescimento a esse período, mas que apresenta um demonstrativo importante para a representação da profissão no campo científico e acadêmico brasileiro. É a partir dos anos 2000 que visualizamos a pós-graduação em Serviço Social se espalhar por todas as áreas do Brasil, tanto em nível de mestrado, quanto em doutorado, com pesquisas e publicações que contribuíram para o desenvolvimento do Projeto Ético-Político e para as Políticas Sociais, instrumentalizando o fazer profissional na perspectiva crítica.

É importante ressaltar a produção de grandes pesquisas entre o final dos anos de 1980 e os anos 2000, materializados nas obras “Serviço Social e relações sociais” (1981), de Yamamoto e do Carvalho, “Capitalismo Monopolista e Serviço Social (1997)”, “Ditadura e Serviço Social: uma



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

análise do Serviço Social no Brasil pós-64 (1991), ambos de José Paulo Netto, “A instrumentalidade do Serviço Social” (1995), da Yolanda Guerra, “O Feitiço da ajuda”, (1985) e “Cultura da crise e Seguridade Social (1985), de Ana Elizabete Mota, para citar algumas obras entre os anos de 1980 e 1990. Nos anos 2000 temos: “A prática do Serviço Social: “Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos” (2001), de Maria Lúcia Silva Barroco, “Cotidiano, formação e alternativas na área da Saúde” (2002), de Ana Maria Vasconcelos, “Classe subalternas e Assistência Social” (2003), da Maria Carmelita Yazbek, “Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos” (2003), “Política Social: fundamentos e História” (2006), de Elaine Behring, dentre outras obras de importância.

Nos anos 2000 amplia-se a constituição de programas vinculados a área do Serviço Social<sup>5</sup>, como a área base nas Políticas Sociais e/ou Políticas Públicas, e Direitos Sociais. Foram oito (08) programas vinculados a área base de Política, representando o período de maior expansão da vinculação da área com as Políticas Sociais/Públicas.

A vinculação dos programas de Serviço Social a área base da Política Social/Pública nos anos 2000 pode ser explicado pelos investimentos na área de Política no período histórico. Embora o governo do PT tenha feito um governo baseado no social-liberalismo, sem questionar o neoliberalismo e dando seguimento a tendência do capitalismo mundial, é inegável a ampliação dos investimentos na área das Políticas Sociais, sobretudo na regulamentação da Seguridade Social, prevista na Constituição de 1988.

O dado de vinculação dos programas a área base das Políticas Sociais/Públicas também está relacionado ao movimento dos programas de inserção no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Ao comparamos o dado com a tendência presentes no Planos de Pós-Graduação, que é de articulação da pós-graduação com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, observamos que o Serviço Social estrategicamente segue a tendência posta pelo SNPG, uma vez que a valorização da produção do conhecimento na forma valorativa e financeira melhor se encaixa na projeção e avaliação das Políticas Sociais, as quais são campo estratégico para a política governamental na conciliação das classes, em detrimento das análises que colocam o Serviço Social como objeto de pesquisa.

A partir da década de 2010 observa-se a associação dos PPG da área do Serviço Social a área base de Direitos Humanos, Território e Desenvolvimento Regional. No período foram criados

---

<sup>5</sup> É importante explicar que o Serviço Social é considerado área na CAPES e que possui as Políticas Sociais/Políticas Públicas e os Direitos Sociais como área base, ou seja, é possível que programas de Políticas Social estejam vinculados a área do Serviço Social na CAPES.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

onze (11) programas, dos quais, seis (06) articulam o Serviço Social com outras Categorias do conhecimento (Direitos Humanos, Território e Desenvolvimento Regional). A tendência da vinculação com a área base de Política se mantém.

Nas duas últimas décadas, desde os anos de 1990 observa-se maior articulação com outras áreas do conhecimento, seguindo a tendência, também posta pelo SNPG que é de interdisciplinaridade. Obviamente são Categorias analíticas que são essenciais para o Serviço Social e permite a articulação da profissão com outras áreas do conhecimento, o que contribui para o amadurecimento da produção do conhecimento. No entanto, é preciso problematizarmos o distanciamento tomado em relação ao Serviço Social e, assim, as possibilidades de diálogo instituído entre o trabalho profissional e o campo formativo da pós-graduação. É importante ressaltar que, em outras áreas do conhecimento, não se toma o mesmo caminho, por exemplo, a área de Psicologia, embora dialogue com diversas subáreas, não perde a profissão, nos variados espaços, na constituição dos objetos de estudos.

No ano de 2020 até os dias atuais não houve a criação de programas de pós-graduação na área do Serviço Social registrado na CAPES, o que não significa a possibilidade de propostas terem sido realizadas junto ao órgão. Apesar que, os anos de 2020 é resultado de um período histórico que ficou conhecido como “apagão na ciência”, o que pode ter implicado na abertura de novos programas.

Abaixo segue quadro com o ano de criação e os PPG:

<b>QUADRO 01: Distribuição por período dos PPG da área do Serviço Social</b>		
<b>Décadas</b>	<b>Anos</b>	<b>PPGSS</b>
1970	1972	PPGSS – PUC/SP
	1972	PPGSS – PUC/RIO
	1976	PPGSS – UFRJ
	1977	PPGSS – PUC/RS
	1978	PPGSS – UFPB
	1979	PPGSS – UFPE
<b>Total: 06 programas</b>		
1980	-	-
<b>Total: 0</b>		
1990	1990	Política Social – UNB
	1992	Economia Doméstica – UFV
	1993	PPGSS – UNESP
	1996	PPGSS – PA
	1999	PPGSS – UERJ
<b>Total: 05 programas</b>		
2000	2000	PPGSS – UFRN





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

	2000	Políticas Públicas – MA
	2001	Serviço Social e Política Social - UEL
	2001	Políticas Públicas – UFPI
	2001	PPGSS – UFSC
	2002	Política Social – UFF
	2004	Política Social – UFES
	2004	PPGSS – UFAL
	2004	PPGSS – UFJF
	2006	Política Social e Direitos Humanos – UCPEL
	2007	PPGSS – PUC/GOIAS
	2007	PPGSS – UFAM
	2009	Políticas Públicas – EMESCAM
	2009	Política Social – UFMT
<b>Total: 14 programas</b>		
2010	2011	Serviço Social, Trabalho e Questão Social– UFCE
	2011	PPGSS – UFSE
	2012	Serviço Social e desenvolvimento regional – UFF
	2013	Serviço Social e Direitos Humanos – UERN
	2013	PPGSS – UEPB
	2013	PPGSS – UNIOESTE
	2016	Serviço Social e Política Social – UNIFESP
	2016	Política Social e Serviço Social
	2017	PPGSS – UFT
	2018	Política Social e Território – UFRB
	2018	PPGSS – UFBA
<b>Total: 11 programas</b>		
2020	-	-
<b>Total: 0</b>		

Fonte: elaboração própria, 2024.

Os períodos históricos de criação dos programas revelam elementos importantes para a reflexão do processo de institucionalização, expansão e consolidação dos Programas de Pós-Graduação vinculado a área do Serviço Social. Permite a reflexão das tendências que constituem um espaço que é majoritário para a produção do conhecimento da profissão e que expressam o tempo histórico, as determinações políticas, econômicas e sociais que são atravessadas pela sociedade capitalista.

Para Baptista e Rodrigues (1992) a necessidade de recredenciamento junto a CAPES, a cada cinco anos, oportunizada aos programas a redefinição dos projetos acadêmicos. Percebemos que ao longo dos anos os programas continuam a atualizar seus projetos





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

acadêmicos/regimentos/manuais<sup>6</sup>, as análises que seguem partem, principalmente, da análise desses documentos.

O quadro a seguir apresenta a distribuição dos programas registrados na área da CAPES em 2023, bem como o ano do documento que rege cada programa.

<b>QUADRO 02: DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS E ANO DE REGIMENTO</b>	
<b>PROGRAMAS</b>	<b>ANO DO REGIMENTO</b>
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Públicas - <b>UFPI</b>	2008
Programa de Estudos Pós-graduandos em Serviço Social <b>PUC-SP</b>	2016
Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – <b>UERJ</b>	2014
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social <b>UFT</b>	2017
Programa de Pós-graduação de Mestrado em Serviço Social ( <b>PUC-GOÍAS</b> )	2005
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social ( <b>PUC/RS</b> )	2022
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense ( <b>UFF</b> )	2022
Programa de Pós-graduação em Política Social ( <b>UFF</b> )	2009
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – <b>SE</b>	2023
Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos ( <b>UCPEL</b> )	2022
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social – <b>CE</b>	2021
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social – <b>UEL</b>	2021
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais – <b>UERN</b>	2013
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas ( <b>PPGSS/FSSO/UFAL</b> )	2023
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – <b>AM</b>	2022
Programa de Pós-graduação em Serviço Social – <b>UFBA</b>	2018
Programa de Pós-graduação em Política Social – <b>UFES</b>	2023
Programa de Pós-graduação em Serviço Social – <b>UFJF</b>	2004
Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas – <b>MA</b>	2022
Programa de Pós-graduação em Serviço Social – <b>PA</b>	2020
Programa de Pós-graduação em Serviço Social – <b>UFPB</b>	2016
Programa de Pós-graduação em Serviço Social – <b>UFPE</b>	2022
Programa de Pós-graduação em Política Social e Territórios – <b>UFRB</b>	2018
Programa de Pós-graduação em Serviço Social – <b>UFRJ</b>	2017
Programa de Pós-graduação em Serviço Social – <b>UFRN</b>	2015
Programa de Pós-graduação em Serviço Social – <b>UFSC</b>	2020
Programa de Pós-graduação em Serviço Social – <b>UNESP</b>	2020
Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais – <b>UNIFESP</b>	2020
Programa de Pós-graduação em Serviço Social – <b>UEPB</b>	2018
Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social – <b>UFRGS</b>	2016
Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica – <b>UFV</b>	2023
Programa de Pós-graduação Política Social – <b>UNB</b>	2018
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – <b>UNIOESTE</b>	2022

<sup>6</sup> Os documentos apresentam diferentes nomenclaturas, a maioria é intitulado regimento, mas também constam: projeto pedagógico, manual, projeto acadêmico.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – <b>PUC/RIO</b>	1972
Programa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local - <b>EMESCAM</b>	2022
Programa de Pós-Graduação em Política Social – <b>UFMT</b>	2022

**Fonte:** elaboração própria, 2024.

Como podemos observar todos os programas que foram possíveis identificar o regimento data dos anos 2000, alguns apresentado atualizações recentes entre 2022 e 2023. É a partir desse documento que podemos compreender os objetivos propostos pela pós-graduação do Serviço Social, bem como a estrutura político-pedagógica dos programas.

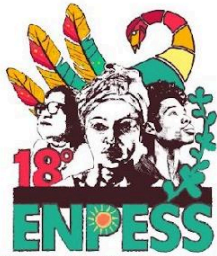
Os projetos/regimentos dos programas de pós-graduação em Serviço Social são importantes documentos que representam as intenções coletivas dos/as sujeitos/as que compõem o espaço dos programas. Expressam os objetivos, finalidades, deveres e direitos, os quais estão fundamentados em um referencial teórico-político, bem como pelas recomendações dos órgãos de fomento.

A análise crítico-histórica dos programas permite compreender o local que o Serviço Social ocupa na contribuição ao conhecimento na realidade brasileira. É constitutivo e constituinte de um tempo histórico contraditório, de disputas políticas, atravessadas pela luta de classe, em torno da apreensão do conhecimento socialmente produzido.

## **CONSIDERAÇÕES**

A presente análise, fruto dos estudos preliminares que tem como objeto a Pós-Graduação e o Serviço Social brasileiro, permite refletir sobre o percurso histórico de institucionalização e amadurecimento dos programas de pós-graduação do Serviço Social. Caracteriza os espaços dos programas de pós-graduação como políticos e, por isso, contraditórios e inseridos na disputa entre as classes sociais.

Observamos que a construção de um Sistema de Pós-Graduação no Brasil respondeu as necessidades de produção e reprodução do capitalismo em determinado período histórico, obedecendo os interesses de contribuição enquanto país de economia dependente na divisão social e técnica do trabalho. Para tanto, o desenvolvimento da pós-graduação não emerge das necessidades internas de expansão política e autônoma dos sujeitos que compõe o Brasil, mas dos interesses externo de alavancar a produção capitalista mundial.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

No que concerne ao Serviço Social, observamos que a emergência, institucionalização e consolidação dos programas está atrelado ao movimento mais geral dos SPG brasileiro, pelas condições e exigências postas. No entanto, contraditoriamente, posto no movimento de renovação da profissão que permite a vinculação com a produção do conhecimento fundamentado na tradição marxista.

## Referências

BAPTISTA, M. V.; RODRIGUES, M. L. A formação pós-graduada stricto sensu em Serviço Social: papel da pós-graduação na formação profissional e desenvolvimento do Serviço Social. **Cadernos Abess**, São Paulo, n. 5, p. 108-136, 1992.

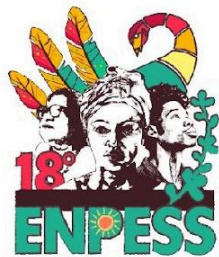
BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

CHAUÍ, M. A Universidade pública sob nova perspectiva. In: **Revista brasileira de educação**, 2003.

FERNANDES, F. **A universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: AlfaÔmega. 1975.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. As políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação e a formação para o trabalho complexo no Brasil hoje. In: **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. In: **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008

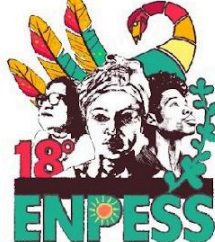


**Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

**Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

**Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social**